

O repúdio à possibilidade de novo "choque"

por Guilherme Barros
do Rio

Um casal de classe média com três filhos gastou, em outubro, com compras de supermercado, CZ\$ 17 mil. No mês seguinte, a despesa desta família com alimentação e produtos de higiene e limpeza aumentou para CZ\$ 28 mil, representando uma progressão de 64% nestes gastos ante uma inflação de 12,84% no mês passado.

Na esteira dos maiores aumentos, destacam-se bens essenciais para a mesa daquela família. Desde o arroz, cujo preço subiu 40% no mês passado, até o requeijão, que custava CZ\$ 38,00 e hoje não é encontrado por menos de CZ\$ 75,00. Nesta salgada lista também podem ser incluídos produtos como Nescau, sabor em pó, desinfetantes, óleo de soja, frango, ovos e carnes, com aumentos que variam de 15 a 164%.

Até onde vão os preços? Será que existe algum limite de resistência desses aumentos? São perguntas comuns que preocupam não só esta família como certamente toda a sociedade num ano marcado pelas oscilações econômicas e indefinições políticas após ter vivido, em 1986, pelo menos nove meses de euforia durante o Plano Cruzado.

CHOQUE?

Diante do comportamento ascendente dos preços, as perspectivas da economia, pelo menos no curto prazo, não indicam sinais de grandes mudanças. O governo já pensou por diversas vezes ultimamente em tentar a alternativa de um novo choque de congelamento, mas esta alternativa está-se tornando, a cada dia que passa, mais longe de ser concretizada, pelo menos com Luiz Carlos Bresser Pereira no comando econômico. Sua equipe, tanto do Ministério da Fazenda como do Banco Central, está nitidamente dividida e a grande maioria do

"staff" repudia a idéia de um segundo ou terceiro plano de estabilização, seja do tipo Cruzado ou mesmo emergencial como foi o Plano Bresser.

A instabilidade da equipe econômica praticamente impede a adoção do novo choque, mesmo com o presidente José Sarney, há muito tempo, querendo ressuscitar o Cruzado. Muitos membros do governo poderiam pedir demissão e, com isso, inviabilizar não só o novo plano, como também arruinar com a já escassa credibilidade da opção heterodoxa.

Dessa forma, parece que o governo realmente tende a não intervir na economia, mantendo sua estratégia de liberação de preços substituindo o controle pela economia de mercado. Na verdade, este seria a estratégia inicial traçada pelo Plano Bresser, cópia infiel do abortado Plano Sayad. Ambos previam uma fase inicial de congelamento, sucedida por um período de flexibilização e depois de liberação quase geral dos preços (continuariam controlados os oligopólios e os monopólios).

SALÁRIOS

Mas esta alternativa incorre em muitos riscos. O próprio economista Francisco Lopes, um dos principais autores intelectuais dos planos Sayad e Bresser, reconhece que os ganhos salariais obtidos pelas diversas categorias sindicais, reponde os 26% da inflação de junho, a partir do exemplo dado pelo Banco do Brasil, abalaram os alicerces da estrutura, à qual foi erguida o Plano Bresser.

Com isso, Lopes, a exemplo de outros economistas de diferentes correntes de pensamento, quer dizer que não acredita numa estabilização inflacionária no curto prazo. Em recente publicação de sua empresa de consultoria, o economista preconizou que, em função desses aumentos sala-

riais, a demanda continuará exercendo uma certa pressão sobre a inflação no início do próximo ano.

Já os empresários, de um modo geral, discordam desta tese e acham que a inflação tende a se estabilizar no início de 1988, embora num patamar bastante alto, entre 10 e 15%, caso não haja choque. O outro cenário que os empresários estão trabalhando é de choque, mas que só seria possível de ser aplicado se Bresser Pereira deixasse o Ministério da Fazenda.

DEMANDA

Para o empresariado, a demanda deprimida se incumbiria de estancar o processo de aceleração desmedida dos preços. "Será o único Natal na história que o comércio recorrerá a promoções", comenta o presidente da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj), Joaquim dos Santos Júnior, que explica o reajuste descontraído dos preços no final de novembro e início de de-

zembro à liberação dos preços industriais e ao término de um novo congelamento.

A influência substancial dos preços industriais na máfia de remarciação nas quelas duas semanas é confirmada pelo Índice de Preços por Atacado (IPA), calculado pela FGV e que pesquisas os preços industriais e agrícolas. Sua variação em novembro deve atingir o considerado limite dos 15%, puxado principalmente pelos preços industriais.

O pior é que não existe um setor específico que esteja pressionando mais o IPA: todos os grupos industriais só registraram em novembro aumentos elevados, mesmo com o índice só tendo captado uma pequena parte dos reajustes detonados no período de liberação. Há setores, por exemplo, que experimentaram variações de preços de 55% como o de fibras vegetais, outros de 29% como farmacêuticos,

25% para materiais elétricos, borracha e material plástico, 19% para máquinas agrícolas e 13,5% de produtos alimentares, entre alguns exemplos.

INDÚSTRIA

O problema é saber se os preços industriais continuarão subindo nessa escala geométrica. Segundo Marcos Ferreira de Souza, economista da FGV e responsável pelos índices de preços da instituição, em dezembro, o IPA ainda deve continuar elevado por força do período de liberação.

A exemplo de Chico Lopes, ele não acredita que, a partir de janeiro, haja uma estabilização, não só por força dos salários mas, também, por influência da pressão exercida pela expansão monetária e pelo descontrole do déficit público. Mas, mesmo assim, Ferreira de Souza, com sua experiência de oito anos à frente do cálculo dos índices de preços da FGV, repudia a alternativa do congelamento. "Acho que tem de acabar com este hábito do governo de colocar seu dedo trêmulo na economia e encarar a realidade que ele é o próprio causador da inflação", dispara este economista que apoia a política implementada de liberação dos preços.

A opinião de Ferreira de Souza faz coro com a dos empresários. "O que estamos vivendo agora é um período de realidade de preços", descreve o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Arthur Sendas,

que comanda uma cadeia de cincuenta supermercados e quatro hipermercados no Rio de Janeiro. Para ele, se o governo novamente intervir através de um novo choque de congelamento, os empresários poderão seguir o exemplo da Autolatina e gerar um processo de desobediência cívica. Ele ressalva, no entanto, que esta sua opinião não tem qualquer tom de ameaça, mas sim de um alerta

diante da atual conjuntura econômica e política.

ESTABILIZAÇÃO

Tanto como diversos outros empresários de seu setor, Sendas acredita que nos próximos três meses haverá uma certa tendência à estabilização dos preços livres na economia em função da concorrência de mercado. Sua avaliação é de que os salários não irão exercer tanto poder de influência sobre a demanda, após o período de festas do fim de ano.

Mas, além dos preços liberados, existem também os controlados pelo governo, que são as tarifas públicas e alguns do setor privado como de automóveis e de cigarro. Como já foi anunciado por alguns membros governamentais, a estratégia a ser seguida para esses preços parece a de autorizar reajustes mensais acima da inflação num primeiro momento para compensar as defasagens e, depois, acompanhá-la.

No caso dos cigarros, por exemplo, o presidente da Souza Cruz, Peter Rombaut, informou que foi combinada exatamente esta dinâmica com o ministro da Fazenda. Tanto que ele está esperando o anúncio de um reajuste de aproximadamente 20% no próximo dia 15 para compensar em parte a defasagem, estimada por ele em 50%.

Apesar da diferente estratégia do governo para preços livres e públicos e mesmo a divergência de opiniões, entre economistas e empresários, nada parece indicar, porém, que a inflação irá retroceder. Até na hipótese defendida pelos empresários de a demanda estancar a alta dos preços, as perspectivas são de que sua estabilização fique algo em torno de 15%, caso não se adote um novo choque após passada a explosão que certamente se dará em janeiro — estimativas preliminares indicam que o índice deverá ficar entre 18 e 22%.